

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) N.º 01/2010

Dispõe sobre a criação *ad referendum* do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Gestão da Saúde (Modalidade EaD) no âmbito da UFT.

O Magnífico Reitor da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Professor Alan Barbiero, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, *ad referendum* do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Gestão da Saúde (Modalidade EaD) no âmbito da UFT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 09 de fevereiro de 2010.

Prof. Alan Barbiero Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UAB

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO *LATO-SENSU*: ESPECIALIZAÇÃO

GESTÃO EM SAÚDE (modalidade a distância).

Palmas – TO 2009

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO:

Nome do Curso: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EM SAÚDE (Modalidade à distância)

Unidade Acadêmica: Núcleo de Estudos em Saúde do Tocantins e REUNI/SAÚDE – Enfermagem e Nutrição.

Grande Área e Área do Conhecimento: Ciências da Saúde – Saúde Pública.

Coordenador : Maria Vilian Ferreira de Queiroz

Telefones e e-mail: (63) 3232-8200 - 8127 / vilian@uft.edu.br

Sub-Coordenador Marta Azevedo dos Santos

Telefones e e-mail: (63) 3232-8200 - 8127 / marta@uft.edu.br

2. OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral: Capacitar profissionais para atuar na área da gestão em saúde e intervirem na realidade social, política e econômica de forma transformadora.

Objetivos específicos:

- Capacitar quadro de gestores, para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais); sistemas públicos de saúde;
- Contribuir para a melhoria da gestão dentro de uma visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas;
- Contribuir para que o gestor público desenvolva estratégias de melhoria nas atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

3. JUSTIFICATIVA DO CURSO

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as "verdadeiras" funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Diante desse panorama, justifica-se a presente especialização na área da saúde, área esta que tem como apanágio os princípios do Sistema Único de Saúde visando à melhora da qualidade de vida da população. No Estado do Tocantins a produção de práxis na área da saúde vem se consolidando nos últimos cinco anos, período este de grande significado para o Estado, porém requer articulação na produção de conhecimento no âmbito nacional, proposta ora descrita.

4. METODOLOGIA

O Curso de Especialização em Gestão em Saúde será ofertado na modalidade à distância.

A Educação a Distância (EaD) não deve ser reduzida a questões metodológicas, ou de gerenciamento, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e menos ainda um "modelo" único de oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e formatando a modalidade, dando-lhe uma cara própria, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

Este curso nessa modalidade, oferecido pela UFT utilizará como metodologia, na vídeo-aula as seguintes técnicas: - vídeo-aula expositiva; - entrevistas; - enquetes; - utilização de filmes; - material didático impresso; - entre outras; e nas aulas presenciais técnicas como: - aula expositiva; - dinâmica de grupos; - seminários; - entre outras técnicas que se fizerem necessárias a cargo do docente e da disciplina.

A organização do sistema de EaD

Estamos vivendo um período histórico de "crise", de "transição", onde modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por um outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas, das relações.

A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos.

Exige, pois, uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição". Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (instrucional designer), do editor ao artista gráfico (web designer).

A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela "instituição ensinante" numa perspectiva sistêmica. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O estudante: aluno matriculado no curso e que irá estudar "à distância";

- Professores autores: responsáveis pela produção dos Textos de Apoio;
- Professores "especialistas": responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso:
- Professores pesquisadores:
- *Tutores/Orientadores à distância:* orientador acadêmico com formação superior adequada que será responsável pelo atendimento dos estudantes via meios tecnológicos de comunicação (telefone, e-mail, teleconferência, etc)
- *Tutores/Orientadores presencial:* orientador acadêmico com formação superior adequada que será responsável pelo atendimento dos estudantes nos pólos municipais de apoio presencial, quais sejam Araguaína, Palmas e Gurupi.

- Equipe de apoio tecnológico e de logística
- *O material didático:* o elo de diálogo do estudante com o autor, com o professor, com o tutor/orientador;
- O Núcleo/Centro/ Secretaria de Educação a Distância: em que atua a equipe pedagógica do curso, composta por professores e técnicos de diferentes áreas do conhecimento, responsável pela gestão do projeto pedagógico do curso e/ou da modalidade;
- *Pólos de Apoio Presencial*, onde se oferece ao cursista estrutura de apoio ao desenvolvimento de suas atividades no curso.

5. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

- 5.1. Clientela Alvo: O curso destina-se a portadores de diploma de nível superior que exercem atividades em órgãos públicos, ou de terceiro setor, ou que tenham aspirações a atuação publica.
- 5.2. Carga Horária Total: 420 h/a
- 5.3. Tipo de Ensino: () Presencial () Semi-Presencial (X) À Distância
- 5.4. Periodicidade da Oferta: Anual () Bianual () Semestral () Outra (X)
- 5.5. Período de Realização: 22/03/2010 a 22/06/2011 Nº de meses: 15meses
- 5.6. Número de Vagas: 100 vagas.

6. CONVÊNIO PARA OFERTA E/OU FINANCIAMENTO DO CURSO? (x) Sim () Não

7. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

O curso está estruturado em 15 meses, proposta esta resultante de um acordo de cooperação entre a CAPES e a Universidade Aberta do Brasil, onde tem como objetivo atender a demanda de profissionais situados nos municípios do interior, estes com dificuldades extremas de acesso a centros acadêmicos para a qualificação necessária visando a melhoria do atendimento e gestão dos serviços em saúde. Por este motivo, o curso será ministrado à distância, onde haverá pólos de aprendizagem com recebimento do sinal televisivo para o acesso à aquisição de conhecimentos científicos delineados na proposta. A aprovação da proposta deste curso já está autorizada em âmbito nacional, sendo que alguns cursos já encaminhados não foram aprovados. Ficando, porém, condicionado o seu funcionamento tão logo o projeto seja autorizado na sua universidade de origem, no caso a UFT.

A proposta pedagógica compreende de um módulo básico, com 7 (sete) disciplinas descritas abaixo, e um módulo específico também com 7 disciplinas e a monografia sob orientação de docentes do referido curso.

7.1. Processo de seleção

Requisitos: Ser portador de diploma de ensino superior; Análise do Currículo Vitae; Análise do plano Profissional. O plano profissional deve ter no mínimo uma lauda, explicitando os motivos de interesse pelo curso, correlacionando-os aos seus projetos de vida/profissional.

Local: Palmas - TO

Período: Fevereiro /2010

7.2. Matrícula

Requisitos: Ter sido aprovado no processo de seleção.

Local: Palmas - TO

Período: Março /2010

7.3. Cronograma de Realização de Disciplinas

Disciplina	Período	Local
Estado, Governo e Mercado	22/03/2010 a	Palmas, Gurupi,
	22/05/2010	Araguaína, Araguatins
O Público e o Privado na	22/03/2010 a	Palmas, Gurupi,
Gestão Pública	22/05/2010	Araguaína, Araguatins
Desenvolvimento e Mudanças	22/03/2010 a	Palmas, Gurupi,
no Estado Brasileiro	22/05/2010	Araguaína, Araguatins
Políticas Públicas	22/03/2010 a	Palmas, Gurupi, Araguaína,
2 011110 110 110 110 110 110 110 110 110	22/05/2010	Araguatins
Planejamento Estratégico	23/05/2010 a	Palmas, Gurupi , Araguaína,
Governamental	16/07/2010	Araguatins
O Estado e os Problemas	23/05/2010 a	Palmas, Gurupi, Araguaína,
Contemporâneos	16/07/2010	Araguatins
Elaboração de Indicadores	23/05/2010 a	Palmas, Gurupi ,Araguaína,
	16/07/2010	Araguatins
Políticas de Saúde:	02/08/2010 a	Palmas, Gurupi , Araguaína,
fundamentos e diretrizes do	24/09/2010	Araguatins
SUS		
Castão do Vigilância à Saúda	02/08/2010 a	Palmas, Gurupi ,Araguaína,
Gestão da Vigilância à Saúde	24/09/2010	Araguatins

Organização e Funcionamento do Sus	25/09/2010 a 30/11/2010	Palmas, Gurupi ,Araguaína, Araguatins
Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	25/09/2010 a 30/11/2010	Palmas, Gurupi , Araguaína, Araguatins
Gestão Logística em Saúde	25/09/2010 a 30/11/2010	Palmas, Gurupi , Araguaína, Araguatins
Metodologia do Ensino Superior	25/09/2010 a 30/11/2010	Palmas, Gurupi , Araguaína, Araguatins
Metodologia da Pesquisa	25/09/2010 a 30/11/2010	Palmas, Gurupi , Araguaína, Araguatins

8. ESTRUTURA CURRICULAR

Coordenador: Maria Vilian Ferreira de Queiroz

Sub-Coordenador: Marta Azevedo dos Santos

Disciplinas	Carga Horária		Docente Responsável e Participantes	Titulação	IES onde
	T P ou TP	Tota	•		
Estado, Governo e Mercado	30 -	30	Francisco Esteves	Mestre	UFT
O Público e o Privado na Gestão Pública	30-	30	Kerlley Caxias Batista Barbosa	Doutor	UFT
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30-	30	Adão Francisco	Mestre	UFT
Políticas Públicas	30 -	30	Adriano Firmino	Doutor	UFT
Planejamento Estratégico Governamenta	1 30 -	30	Germana Coriolano	Doutor	UFT
O Estado e os Problemas Contemporâneos	30-	30	JoséVandilo	Mestre	UFT
Elaboração de Indicadores	30 -	30	Keyle Aparecida	Mestre	UFT
Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	30-	30	Kathia Perez	Mestre	UFT
Gestão da Vigilância à Saúde	30-	30	Dayana Aparecida Franco	Mestranda	a UFT
Organização e Funcionamento do Sus	60 -	60	Maria Vilian F. de Queiroz	Mestre	UFT
Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	60 -	60	Neilton Araujo de Oliveira	Doutor	UFT
Gestão Logística em Saúde	30 -	30	Julio Menezes	Doutor	UFT
Metodologia do Ensino Superior	30-	30	Marta Azevedo dos Santos	Doutor	UFT
Metodologia da Pesquisa	30-	30	Marta Azevedo dos Santos	Doutor	UFT

9. DISCIPLINAS

Módulo Básico

O módulo básico será o núcleo comum para todas as habilitações. É composto por sete disciplinas, de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	С.Н.
1	Estado, Governo e mercado	30
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
3	Desenvolvimento e mudanças no Estado brasileiro	30
4	Políticas Públicas	30
5	Planejamento Estratégico Governamental	30
6	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
7	Elaboração de Indicadores	30
_	TOTAL DE HORAS/AULA	210

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

Nome da Disciplina: Estado, Governo e mercado

Carga horária: 30 h/a

Docente responsável: Francisco Esteves

Docentes participantes: -

Ementa: 1. Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (Przworsky, 1995) e liberais (Sartori, 1997). 2. Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (Bobbio, 1983; Guiddens, 1996; Anderson, 1996).

Bibliografia básica:

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo" in: SADER, Emir (org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. pp. 9-23.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto. *Qual socialismo?* 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983. "Quais as alternativas à democracia representativa? pp. 55-74.

GUIDDENS, Anthony. *Para além de esquerda e direita*. Trad. Alvaro Rattnher. São Paulo: UNESP, 1996. Introdução pp. 9 -30.

HAM, Cristopher; HILL Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O'DONNELL, G. (1981) "Anotações para uma teoria do Estado". Revista de Cultura e Política, n°4, 1981.

OSZLAK, O. Estado y sociedad:¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia : Revista del CLAD. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61

PRZWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo & Pedro P. Zahluth. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, "O governo do capital" - pp. 87-115.

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1997. Vol. 1. Cap. 6, "A democracia vertical", pp.181-245.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. *Um prefácio à teoria democrática*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 - A democracia poliárquica.

GIDDENS, Anthony. O Mundo na Era da Globalização, Lisboa: Editorial Presença, 2000.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984. 386 p.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Trad. Rita Lima. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 307 p.

SANTOS, Wanderley G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. "A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa", pp.67-117.

SARTORI, Giovanni. *Teoria democrática*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, "Liberalismo e democracia", pp. 366-393.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo: Cia das Letras, 1992. Cap. 7, "Democracia e socialismo", pp.141-165.

WEFFORT, Francisco. "Marx: política e revolução" in: WEFFORT, F. (Org.) Os clássicos da política. Vol. 2. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1996. pp. 225-277.

Nome da Disciplina: O Público e o Privado na Gestão Pública

Carga horária: 30 h/a

Docente responsável: Kerlley Caxias Batista Barbosa

Docentes participantes: -

Ementa: 1. A dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas. 2.O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público. 3.Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público; dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário. 4. As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades. 5. Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; Novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. A nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

Bibliografia básica:

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, "A grande dicotomia: público/privado", pp. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. "O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução" in: *Revista Diálogo Jurídico*, nº 16, Salvador, 2007 [http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincípiodaSupremacia_ULTIMAVERSÂO.pdf]

Meirelles, Helly Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. Direitonet, 2005. [http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/]

PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. "Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças". *RAP*, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. pp. 679-98.

V – Bibliografia Complementar

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo" in: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto *et al. Dicionário de política*. Trad. João Ferreira, Carmen C. Varriale e outros. Brasília: Ed. UnB. 1986.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, "Estado, poder e governo", pp. 53-133.

BORÓN, A. (2004) "Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática". Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível

BRESSER PEREIRA, L. A reforma do Estado nos anos 90: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997. (Cadernos do Mare, 1)

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. "Da administração pública burocrática à gerencial", *Revista do Serviço Público*. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. Responsabilidade Social Empresarial e Sociedade Política: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf

FIORI, José Luis. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HARVEY, D. (2006) "Neoliberalismo como destruição criativa". InterfacEHS Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. Disponível em:

HOBBES, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.* Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores). Disponível em:

http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74_pdf.pdf

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. *Do Espírito das Leis*. Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

OSZLAK: De menor a mejor: el desafío de la "segunda" reforma del Estado

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. RAE, FGV, Volume 45 - Número 1 - Janeiro-Março 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Trad. Lourdes Santos Machado. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores)

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In República do capital – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Boitempo,

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

Nome da Disciplina: Desenvolvimento e mudanças no Estado brasileiro

Carga horária: 30 h/a

Docente responsável: Adão Francisco

Docentes participantes:

Ementa: Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI. 1. Federalismo e governo de elites na primeira República (Abrúcio, 1998, cap 1; Bresser-Pereira, 2001); 2. Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (Souza, 1976, cap. IV; Santos, 1979, cap.4); 3. Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (Souza, 1976, cap. V; Lessa, 1983, Soares, 1973); 4. Autoritarismo e redemocratização (Abrúcio, 1998, cap. 2; Bresser-Pereira, 2001; Santos, 1979, cap.5, Reis, 1978, Diniz, 1997).

Bibliografia básica:

ABRUCIO, Fernando L. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, "A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores", pp.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. "Do estado patrimonial ao gerencial" *In* Pinheiro, Wilheim e Sachs (orgs.), *Brasil: Um Século de transformações*. S.Paulo: Cia. das Letras, 2001. pp. 222-259.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, E. AZEVEDO, S. (Org.). *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. "Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994", *DADOS*, vol. 38, n°3, 1995.

LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista.

SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap I e II, pp.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, "Os mecanismo da centralização" pp. 83-104.

V – Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Maria H. T. "Federalismo e políticas sociais". *Rev. bras. Ci. Soc*, 1995, vol.10, n°.28, pp. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. Cultura e poder nas organizações. 2.ed. 2. tiragem. São Paulo: Atlas, 1997.

LAVINAS, Lena: MAGINA, Manoel A. & COUTO E SILVA, Mônica. *Federalismo e Regionalização dos Recursos Públicos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. [Textos para discussão No 369]

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964.* Trad. Gustavo F. G. Aranowick. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 2006, vol., n. 69. LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. de. "Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança". *Dados*, v.34, n.3, 1991, p.311-348.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. "O Coronelismo numa interpretação sociológica" in: *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III - O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (org.). Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro, São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Nome da Disciplina: Políticas Públicas

Carga horária: 30 h/a

Docente responsável: Adriano Firmino

Docentes participantes: -

Ementa: 1.A análise de políticas públicas e seus problemas; 2.as mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil; Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas. Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais. Controle e Avaliação das Políticas Públicas.

Bibliografia básica:

ARRETCHE, Marta T. S. "Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo". *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun. 1999, vol.14, no.40, p.111-141.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. Brasília: Revista do Serviço Público, nº. 2, abr-jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. Campinas: Papirus, 1996.

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. Brasília: Revista do Serviço Público, nº. 1, jan-mar 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Brasil: O Sistema de Proteção Social e suas Transformações Recentes. CEPAL: Projeto - Reformas de Políticas para Aumentar a Efetividade do Estado na América Latina. Julho de 1992.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. Lua Nova, nº. 31, 1993, p. 5-46.

DRAIBE, Sônia Miriam. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. São Paulo em Perspectiva. Vol. 11, nº. 4, out-dez 1997, p. 3-15.

DUNN, William N. Public Policy Analysis: An Introduction. 3rd. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. Understanding Public Policy. 11th.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. Lua Nova, nº. 40/41, 1997, p.193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. Cadernos FUNDAP. Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59 –102.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Brasília: IPEA, Revista Planejamento e Políticas Públicas, nº. 23, jun 2001.

LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. Lua Nova, nº. 45, 1998, p. 187-204.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: Cadernos ENAP, nº.13, 1997, p. 79-112.

MELLO, Guiomar Namo. Políticas Públicas de Educação. Estudos Avançados (USP), vol.5, nº. 13, 1991, p. 7-47.

MENY, Ives e THOENIG, Jean-Claude. Las Políticas Públicas. Madrid: Ariel, 1992.

MESA LAGO, Carmelo. Desarrolo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. Revista del CLAD: Reforma y Democracia. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.

MILANI, Carlos R.S. "Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política". *Sociologias*, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. O Estado-Providência na Sociedade Capitalista. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. Basic Methods of Policy Analysis and Planning. 2nd ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de Políticas Sociais. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr. Plínio de Arruda. O impasse da "formação nacional". In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 "Teoria social e análise de políticas públicas", pp. 11-14, e cap. 2 "Legislação, instituições e recursos da política social brasileira", pp. 15-44.

SUBIRATS, Joan. Análisis de políticas públicas y eficácia de la Administración. Madrd: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. Revista de Administração Pública, vol. 30, nº. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

V – Bibliografia Complementar

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Revista de Sociologia e Política, v.17, n.15, nov, 2000.

HAM, Cristopher; HILL Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).

ROTH, André-Noël. Políticas Públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro : Campus, 1979. Cap. 4 "Teoria Do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso", pp. 71-82, e cap. 5 "Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira", pp. 83-123.

Nome da Disciplina: Planejamento Estratégico Governamental

Carga horária: 30 h/a

Docente responsável: Germana Coriolano

Docentes participantes: -

Ementa: Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Bibliografia básica:

ALMEIDA Paulo R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica, 2004. (Mimeo)

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. Revista do Serviço Público, Ano 54, Número 1, jan-mar 2003

ETKIN, Jorge. Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones. Buenos Aires, Prentice Hall, 2000

FISCHMANN, Adalberto A. e ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento Estratégico na Prática. SP: Atlas, 1995

LIMA, Blanca Olias de (coord). La Nueva Gestión Pública. Pearson Educación S. A. Madrid, 2001.

MATUS Carlos. Adeus Senhor Presidente: governantes governados, São Paulo: Fundap, 1996,p.19-70.

MATUS Carlos. O método PES. São Paulo: Fundap, 1995, pp.51-100.

MINTZEMBERG, Henry. Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico. São Paulo, Bookman. Ed, 2004. p.183-256.

MINTZEMBERG, Henry. Safári de Estratégia. São Paulo: Bookman, 1999.

MINTZEMBERG, Henry; Jan Jorgensen. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. Gestión y Política Pública, vol. IV, num. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas. SP: Atlas, 1988

V – Bibliografia Complementar

MATUS, Carlos. Política planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. "Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas". *RAP*, Rio de Janeiro N°40, VOL. 1, Mar./Abr. 2006, pp.273-88.

Nome da Disciplina: O Estado e os problemas contemporâneos

Carga horária: 30 h/a

Docente responsável: José Vandilo

Docentes participantes: -

Ementa: Distribuição de renda e pobreza, geração de emprego e renda, à inclusão social, reformas administrativas e seu impacto social (Reforma da Previdência, Reforma Tributária, Reforma Administrativa), trajetórias das políticas públicas de inclusão social.

Bibliografia básica: a ser complementada de acordo com o tema definido pela Coordenação do Curso.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3, "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?", pp.69-103.

ITUASSU Arthur & ALMEIDA Rodrigo (org.) *O Brasil tem jeito? Vol.2: Educação, saúde, justiça e segurança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

V – **Bibliografia Complementar:** a ser complementada de acordo com o tema definido pela Coordenação do Curso.

INSTITUTO DNA BRASIL. 50 brasileiros param para pensar a vocação do país. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

Nome da Disciplina: Elaboração de Indicadores

Carga horária: 30 h/a

Docente responsável: Keyle Aparecida

Docentes participantes:

Ementa: 1. Avaliações — tipologias, sistemas, processos e requisitos de recursos informacionais; 2. Indicadores — conceitos, critérios, classificações e utilização; 3. Processo de elaboração — gestão do ciclo de vida, análise custo-benefício da produção e utilização de indicadores. 4. Indicadores brasileiros — bases de dados.

Bibliografia básica:

GASPARINI, Liz V. L. Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável: um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional. Florianópolis: UFSC, 2003.

JANNUZZI, Paulo.M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.* Campinas: Alínea, 2001.

V – Bibliografia Complementar:

BOSCHILÉA, Emília c. *Produção e utilização de indicadores: conceito e método*. Curitiba: FGV-BSB, 1997.

CARDOSO, Regina L.S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

GUIMARÃES, José R.S.; JANNUZZI, Paulo .M. *Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas*. (trabalho apresentado no XIV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, relaizados em Minas Gerais, 20-24 de setembro de 2005)

JANNUZZI, Paulo .M. "Estimação de demandas sociais para fins de formulação de políticas públics municipais" *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 33

MACHADO, Nelson. Sistema de informação de custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. Brasília: ENAP, 2005.

TAKASHINA, N; FLORES, M. Indicadores da qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1997.

TIRONI, L.F.; SILVA, L.C.E.; VIANA, S.M. et al. *Critérios para a geração de indicadores de qualidade e produtividade no serviço público*. Brasília: IPEA,/MEFP, 1991 (Texto para discussão n°238)

Módulo Específico em Gestão de Organização Pública de Saúde

O módulo específico é composto por duas disciplinas de 60 horas e cinco disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 270 horas:

Ord.	Disciplina	C.H.
01	Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	30
02	Gestão da Vigilância à Saúde	30
03	Organização e Funcionamento do SUS	60
04	Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	60
05	Gestão Logística em Saúde	30
06	Metodologia do Ensino Superior	30
07	Metodologia da Pesquisa	30
	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	270

Nome da Disciplina: Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS

Carga horária: 30 h/a

Docente responsável: Kathia Perez

Docentes participantes: -

Ementa: Políticas Públicas Sociais no Brasil e o papel da saúde; Sistema único de Saúde: bases legais; Federalismo, descentralização e relações intergovernamentais; Financiamento do

SUS; Controle Social; Intersetorialidade; Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências; Avanços e desafios do SUS;

Bibliografia básica:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários (CONASS). **O Financiamento da Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em http://www.conass.org.br.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). **Sistema Único de Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em http://www.conass.org.br.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei%208080.pdf

BRASIL. **Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990**. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Mais Saúde: direito de todos: 2008 – 2011**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 106p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

BREILH J, GANDRA E. **Investigação da Saúde na Sociedade**. Guia Pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. Trad. Carvalheiro, J R. São Paulo: Instituto de Saúde/ABRASCO, 1986.

CAMPOS, G. W. S. . Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde: inovações e limites. **Revista do Serviço Público** (Brasília), v. esp., p. 123-132, 2007.

CAMPOS, GWS et all. **Tratado de Saúde Coletiva** (Parte IV, Política, Gestão e Atenção em Saúde). São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/FIOCRUZ, 2006.

PAIM, JS. Descentralização das ações e serviços de saúde no Brasil e a renovação da proposta "Saúde para Todos". In: Conferência Regional Tendências futuras e renovação da meta saúde para todos. Rio de Janeiro: UERJ. 1998. Série de Estudos em Saúde Coletiva; n.175.

PAIM, JS. **Saúde, política e reforma sanitária**. CEPS Centro de Estudos e Projetos em Saúde. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva-ISC. 2002.

ROUQUAYROL, MZ e ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e Saúde**. Porto Alegre: MEDSI. 2006. 6 ed.

Nome da Disciplina: Gestão da Vigilância à Saúde

Carga horária: 30 h/a

Docente responsável: Dayana Aparecida Franco

Docentes participantes: -

Ementa: Conceitos, definições básicas e medidas em epidemiologia, tipos de estudos e metodologia de investigação; Conceitos básicos envolvidos na produção e utilização de informações; Sistema de Informação; Base de dados Nacionais; Análise de dados: demanda oferta e atendimento; Identificação e análise de risco; Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências; Vigilância à saúde, promoção da saúde, prevenção dos fatores de risco; Condições de saúde: necessidades e expectativas da população (análise de situação de saúde com participação da população); Pacto pela Saúde Pacto de gestão fundamentos e seus instrumentos (Planejamento Regional, PDI, PDR, PPI, CGR).

Bibliografia básica:

BEAGLEHOLE, R., et al. Epidemiologia básica. Ed. Santos, 2001.

BREILH J, GANDRA E. Investigação da Saúde na Sociedade. Guia Pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. Trad. Carvalheiro, J R. São Paulo: Instituto de Saúde/ABRASCO, 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde. Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 5)

MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo. Editora Atheneu, 2006.

MORAES, I. H. S.; VASCONCELLOS, M. M. . Política Nacional de Informação, Informática e Comunicação em Saúde: Um Pacto a ser Construído. Saúde em Debate, v. 29, p. 86-98, 2005.

MORAES, IHS. Política, tecnologia e informação em saúde – a utopia da emancipação. Salvador: ISC/UFBA. 2002.

REDE Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. — 2. ed. — Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.

Nome da Disciplina: Organização e funcionamento do SUS

Carga horária: 60 h/a

Docente responsável: Maria Vilian Ferreira de Queiroz

Docentes participantes:

Ementa: O processo de planejamento e programação em saúde; Instrumento de planejamento no SUS; Recursos – levantamento de informações e análise de estrutura, processos e resultados; Articulação entre os pontos de atenção; A gestão de recursos; Recursos financeiros; Mecanismos de gestão compartilhada; Analise da capacidade institucional (capacidade instalada dos serviços; recursos humanos; suporte logístico; compromissos pactuados/estabelecidos, conselhos e colegiados). Redes de Atenção: Atenção

Primária em Saúde; Atenção especializada; Política de Urgência e Emergência; Serviços de diagnóstico e terapia.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de atenção básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, v. 4)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. **Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 5)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 7)

CAMPOS, FE; CHERCHIGLIA, ML; GIRARDI, SN. **Gestão, profissões de saúde e controle social**. Cadernos da 11ª Conferência Nacional de Saúde, Brasília-DF, p. 83-99, 2000.

CAMPOS, FE; PIERANTONI, CR; MACHADO, MH. Conferências de Saúde, o trabalho e os trabalhadores da saúde: a expectativa do debate. **Cadernos de RH Saúde**, v. 3, p. 9-12, 2006.

MORAES, I. H. S.; VASCONCELLOS, M. M. . Política Nacional de Informação, Informática e Comunicação em Saúde: Um Pacto a ser Construído. **Saúde em Debate**, v. 29, p. 86-98, 2005.

MORAES, IHS. **Política, tecnologia e informação em saúde – a utopia da emancipação**. Salvador: ISC/UFBA. 2002.

PAIM, JS. Saúde da família: espaço de reflexão e de contra hegemonia. **Interface**; 2001. vol 5. n.9. 133-149.

REDE Interagencial de Informação para a Saúde. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações** / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.

Nome da Disciplina: Gestão dos sistemas e serviços de saúde

Carga horária: 60 h/a

Docente responsável: Neilton Araujo de Oliveira

Docentes participantes: -

Ementa: Relações inter-federativas, o papel de entes federados e suas as responsabilidade sanitárias à luz do Pacto pela Saúde; Consórcios públicos de saúde; Gestão do trabalho e educação na saúde; Financiamento e respectivos mecanismos de repasse do SUS; Fundamentos e diretrizes da Regulação da atenção e Regulação do acesso; Auditoria dos serviços e de gestão; Desenvolvimento de atitudes gerenciais voltadas para a liderança, a negociação, a resolução de conflitos, a comunicação, e outros; Reorganização da dinâmica de gestão do trabalho em equipe: adoção de espaços coletivos de singularização (inclusão das diferenças), construção de grupalidades e contratação de tarefas com co-responsabilização.

Bibliografia básica:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretarias de Saúde. **Para entender a gestão do SUS**. Brasília: CONASS. 2003. 248p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para a implantação de Complexos Reguladores**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 68p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol 6).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. Coordenação Geral de apoio à Gestão Descentralizada. **Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol. 1).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio a Descentralização. **Regulamento dos pactos pela vida e de gestão**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. xx p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol 2).

PIERANTONI, C. As reformas do Estado, da Saúde e Recursos Humanos: limites e possibilidades. Ciência e Saúde Coletiva, ABRASCO XI (2), 2001, p.341-361.

PIERANTONI, C. Recursos Humanos e Gerência no SUS. In: NEGRI, Barjas; VIANA, Ana Luiza (Orgs.). O **Sistema Único de Saúde em dez anos de desafio**. São Paulo: Sobravime, p. 609-630, 2002.

Nome da Disciplina: Gestão Logística em Saúde

Carga horária: 30 h/a

Docente responsável: Julio Menezes

Docentes participantes: -

Ementa: Cadeia de suprimentos – Conceitos; Logística x Cadeia de Suprimento; Modelos de Previsão de Demanda; Aquisição - Sistemática de Compras e Escolha de Fornecedores em unidades de saúde; Gestão da Cadeia de Suprimentos; Tipos de Redes de Suprimento; Níveis de Serviços; Armazenagem; Manuseio e Acondicionamento de Produtos; Localização.

Bibliografia básica:

AGAPITO, Naraiana. Gerenciamento de Estoques em Farmácia Hospitalar. Grupo de Estudos Logísticos da Universidade Federal de Santa Catarina – GESLOG. 2005.

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento, Organização e Logística Empresarial. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001;

BARBIERI, José Carlos; MACHLINE, Claude. Logística Hospitalar. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHO, Francisco Edinaldo Lira de; PIGNOLATI, Gisele Medeiros; CAMPOS, Antônio Jorge Cunha. A Aplicação das metodologias ABC e XYZ na gestão logística de sistemas de saúde. Revista Gestão da Produção: uma visão sobre as organizações da Amazônia, p. 137-151. Manaus: ABREPO, 2006.

CUNHA, Fernando Lopes de Souza da. A aplicação da aliança logística: estudo de caso em hospitais da Universidade Federal do Ceará. Revista Ciência e Administração, v.9, n.2, p. 132-151, dez. 2003. Fortaleza, 2003.

INFANTE, Maria; SANTOS, Maria Angélica Borges dos. A organização do abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística para a área de saúde. Revista Ciência e Saúde Coletiva, julho-agosto, v.12, n.4, p.945-954. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2007.

LEITE, Paulo Roberto. Logística Reversa: nova área da logística empresarial. Revista Tecnologística, Junho, 2002. São Paulo: 2002.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2001.

NOVAES, Mario Lucio de Oliveira; GONÇALVES, Antonio Augusto; SIMONETTI, Vera Maria Medina. Gestão das farmácias hospitalares através da padronização de medicamentos e utilização da curva ABC. XIII SIMPEP. Bauru, 2006.

PEREIRA, Moacir. Logística Hospitalar: Reposição continua de medicamentos na farmácia. Editora Moinho, Editorial, 2008.

SANTOS, Gustavo A. A. dos. Gestão de farmácia hospitalar. Editora senac – SP. 2008

SIMONETTI, Vera Maria Medina; NOVAES, Mario Lucio de Oliveira; GONÇALVES, Antônio Augusto. Seleção de Medicamentos, classificação ABC e redução do nível de estoques na farmácia hospitalar. In: XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENGEP. Foz do Iguaçu: ENGEP, 2007. ·.

Nome da Disciplina: Metodologia do Ensino Superior

Carga horária: 30 h/a

Docente responsável: Marta Azevedo dos Santos

Docentes participantes: -

Ementa: A Profissionalização do profissional da saúde na área da educação. Professor como profissional da promoção em saúde. A organização do trabalho pedagógico e sua gestão. Processo ensino-aprendizagem. Uso das tecnologias da informação e recursos didáticos.

Bibliografia básica:

GIL, Antônio Carlos. Metodologia do Ensino superior. 4. Ed. Editora Atlas: São Paulo, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Editora Universidade de Brasília. Brasília: 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MIZZUKAMI, Maria da Graça Nicolleti. As abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

PASQUAY, L. ALTET. M; CHARLIER, E. Formando Professores Profissionais: Quais estratégias? Quais competências? 2. Ed. Revista. Porto Alegre: Artmed, 2001. P.103-119.

Nome da Disciplina: Metodologia da Pesquisa

Carga horária: 30 h/a

Docente responsável: Marta Azevedo dos Santos

Docentes participantes: -

Ementa: Estudo da pesquisa como instrumento de descrição e compreensão da realidade. Conceito de Ciência. Conceito de pesquisa. A ciência como processo social. Pesquisas Qualitativas e Quantitativas. Projetos de Pesquisa e Monografia. Elaboração de projeto de pesquisa

Bibliografia básica:

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BAPTISTA, M. N; CAMPOS, A. KILIM N. *Metodologia de Pesquisa em Ciências – Análise Quantitativa e Qualitativa*. Nova Fronteira, 2007.

BARBIER, R. *Pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro, 2006. (Coleção Pesquisa, 3)

BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. 212p.

DEMO, P. Metodologia científica em Ciências Sociais. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995. 294p.

GIL, Antonio Carlos - Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo. Atlas: 2002.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 224p.

ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIA: A monografia será elaborada junto com o orientador da mesma, seguindo as normas da UFT, Resolução nº ...

Onde o tema de pesquisa deverá ser desenvolvido dentro da perspectiva do curso de especialização, bem como o interesse do aluno, aliado a necessidade do serviço.

ORÇAMENTO: O orçamento do curso está sob a égide e gerência da CAPES/Universidade Aberta e CNTE/UFT sendo todo o custo de recursos humanos e materiais conforme pressupostos da União. O curso não demanda ônus para o aluno e respalda a UFT na medida em que oportuniza o cumprimento da sua proposta, através de ofertas que promovam a inclusão de demandas que fortaleçam a potencialização das práticas profissionais em serviço.